

I - À DAP para leitura no expediente
II - À DL para providências.

Em,

Presidente



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

OF/CTL/CC nº 26 /2013.

Curitiba, 03 de janeiro de 2013.

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 05 FEV. 2013

1º Secretário

VEIO PARCIAL N° 12/2013

Publicada no Diário Oficial
N° 8869 de 03/01/13
Republicada no Diário Oficial
N° de / /

Senhor Presidente,

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 368/2012-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 680/2011, por considerar as partes vetadas inconstitucionais, conforme os motivos a seguir expostos.

O Projeto de Lei nº 680/2011, de autoria parlamentar, determina que os hipermercados e supermercados deverão dispor, no interior de suas lojas ou no local da comercialização, espaço destacado para a venda de produtos orgânicos *in natura*, conforme especifica, tendo o veto parcial apostado incidido sobre as disposições dos artigos 3º e 4º.

O não acolhimento aos referidos artigos decorre de inconstitucionalidade, vez que os mesmos trazem obrigações indevidas para órgão do Poder Executivo, pois tratam de suas atribuições, violando o princípio da separação de poderes. Diversas são as decisões do Supremo Tribunal Federal nesse sentido, como na ADI 2.393, Rel. Min. Sydney Sanches, DJ de 28-3-2003, na ADI 546, Rel. Min. Moreira Alves, DJ de 14-4-2000 e na ADI 3.394, Rel. Min. Eros Grau, DJE de 15-8-2008.

Esses são os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto a apreciação dessa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICHÁ

Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/ProLrº 11.722.893-2

14146 05/02/2013 000054 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Lei nº. 17477



Data 03 de janeiro de 2013

Súmula Determina aos hipermercados e aos supermercados que disponham de local destacado para a venda de produtos orgânicos.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Os hipermercados e supermercados deverão dispor, no interior de suas lojas ou no local da comercialização, espaço destacado para a venda de produtos orgânicos *in natura*.

§ 1º O espaço destacado para a venda a que se refere o *caput* deste artigo, deve ser instalado no mesmo local ou seção em que são expostos os produtos cultivados com agrotóxico.

§ 2º Considera-se, para efeito desta Lei, produto orgânico *in natura* aquele que foi produzido segundo a Instrução Normativa Conjunta nº 18, do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Ministro da Saúde, de 28 de maio de 2009, que cria o Regulamento Técnico para o Processamento, Armazenamento e Transporte de Produtos Orgânicos, e identificado e certificado por empresa certificadora de orgânicos de acordo com as leis vigentes.

Art. 2º O local de venda deverá ser identificado pela expressão "Produto Orgânico – sem agrotóxico", em letras de fácil visualização pelo consumidor.

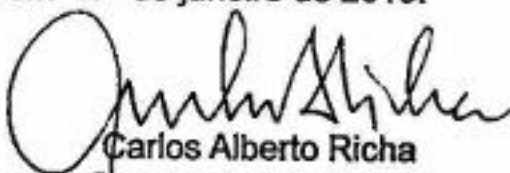
Art. 3º ...Vetado...

Y

Art. 4º ...Vetado...

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 03 de janeiro de 2013.


Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento

Ricardo Barros
Secretário de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul

Maria Tereza Uille Gomes
Secretária de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos

Loriane Leisli Azeredo
Chefe da Casa Civil, em exercício

Luiz Eduardo Cheida
Deputado Estadual

AJB/Prot. 11.722.893-2

Publicada no Diário Oficial	
Nº 8869	de 03/01/13
Republicada no Diário Oficial	
Nº	de



Projeto de Lei nº 680/11
(Autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida)

Determina aos hipermercados e aos supermercados que disponham de local destacado para a venda de produtos orgânicos.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º Os hipermercados e supermercados deverão dispor, no interior de suas lojas ou no local da comercialização, espaço destacado para a venda de produtos orgânicos *in natura*.

§ 1º O espaço destacado para a venda a que se refere o *caput* deste artigo, deve ser instalado no mesmo local ou seção em que são expostos os produtos cultivados com agrotóxico.

§ 2º Considera-se, para efeito desta Lei, produto orgânico *in natura* aquele que foi produzido segundo a Instrução Normativa Conjunta nº 18, do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Ministro da Saúde, de 28 de maio de 2009, que cria o Regulamento Técnico para o Processamento, Armazenamento e Transporte de Produtos Orgânicos, e identificado e certificado por empresa certificadora de orgânicos de acordo com as leis vigentes.

Art. 2º O local de venda deverá ser identificado pela expressão "Produto Orgânico – sem agrotóxico", em letras de fácil visualização pelo consumidor.

Art. 3º A fiscalização do cumprimento desta Lei, ficará a cargo do PROCON/PR, conforme dispõe o inciso II, do art. 23 do Decreto Estadual nº 609, de 23 de julho de 1991.

Art. 4º O descumprimento desta Lei implicará em infração, a ser lavrada pelo PROCON/PR, e multa variando entre dez a cem Unidades Fiscais do Paraná – UFP na primeira ocorrência, que será em dobro no caso de reincidência, e assim sucessivamente.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury




Projeto de Lei nº 680/11

fls. 3

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 04 de dezembro de 2012.


Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente


Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
1º Secretário


Deputado REINHOLD STEPHANES JUNIOR
3º Secretário



JUSTIFICATIVA

A presente medida tem por objetivo garantir que os hipermercados e supermercados ofereçam aos consumidores a oportunidade em reconhecer os produtos orgânicos no momento em que esses forem adquiridos.

Importante inculcar na cultura a alimentação saudável, como forma de viver melhor e prevenir doenças. Assim, o consumo de alimentos saudáveis precisa ser visto como um direito de todo cidadão, sendo dever das autoridades públicas estimular a prática de uma boa alimentação (alimentos orgânicos), especialmente para as crianças, como forma de prevenir gastos com saúde pública.

Muito importante que os setores da economia também se voltem para a produção de orgânicos, pois além da alimentação saudável e da prevenção da saúde, o equilíbrio do meio ambiente e o fomento da agricultura familiar são aspectos relevantes para o Paraná.

Com efeito, a consciência para o consumo de produtos orgânicos é, sem dúvida, um bom começo para se buscar o equilíbrio que a natureza tanto requer de nós todos nesse momento, pois a agroecologia é a disciplina que orquestra a referida produção, envolvendo-se assim outras ciências, dentre elas a agronomia, a sociologia e a economia.

É certo que a produção orgânica ainda é custosa para o produtor e, por isso, também torna-se custosa para o consumidor. Daí a necessidade de incentivar o consumo, expondo à população seus benefícios.

Importante lembrar também, que o alimento orgânico além de ser um alimento sem agrotóxico é produzido dentro de um sistema que maneja todos os recursos naturais, como a água, a terra e os predadores, sem que nenhum adentre no ciclo do outro, proporcionando assim a harmonia necessária.

Ao iniciar os estudos para elaboração do Projeto de Lei em apreciação, O Deputado proponente trouxe para a discussão a Associação dos Supermercados do Paraná – APRAS, que apoiou integralmente a proposta, por entender que o consumidor é o maior interessado em uma alimentação saudável.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Péricles de Mello



PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 12/2013

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 12/2013

AUTOR: PODER EXECUTIVO

SÚMULA: Veta parcialmente o Projeto de Lei nº 680/2011, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, que determina aos hipermercados e aos supermercados, a disporem de local destacado para a venda de produtos orgânicos.

EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVIDADE NOS TERMOS ART. 71, § 1º CE. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O projeto de lei nº 680/11, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, que determina aos hipermercados e aos supermercados, a disporem de local destacado para a venda de produtos orgânicos, tendo sido parcialmente vetado pelo Senhor Governador do Estado por considerar as partes vetadas inconstitucionais, posto que, trazem obrigações indevidas para órgão do Poder Executivo, violando, assim, o princípio da separação dos poderes.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Péricles de Mello

FUNDAMENTAÇÃO



De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto do artigo 33-A, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, juridicidade, e tempestividade da proposição de veto ora em tela.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei contraria ao interesse público deve vetá-lo, em até quinze dias úteis contados da data de seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembleia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º. Se o Governador julgar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifou-se)

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº. 680/2011 foi enviado à sanção e recebido na data de 10 de dezembro de 2012, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 12/2013, foi exarada em data de 03 de janeiro de 2013, sendo desta maneira tempestivo.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Péricles de Mello



Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi apostado tempestivamente, respeitando o prazo legal, e em conformidade com a constituição estadual.

CONCLUSÃO

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se FAVORÁVEL ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 30 de abril de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO PÉRICLES DE MELLO
RELATOR

APROVADO

30.04.13



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 168/12

Declara de Utilidade Pública a
Organização Missão Restaurar, com
sede e foro do Município de Rolândia.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a
Organização Missão Restaurar, com sede e foro no Município de
Rolândia.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua
publicação.

Sala das Comissões, 30 de abril de 2013.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Resolução nº 07/13

Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, previstas na Resolução nº 3/04, com as modificações contidas na Resolução nº 3/09, referente ao mês de fevereiro de 2013.

Art. 1º Fica aprovada a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, previstas na Resolução nº 3, de 15 de março de 2004, com as modificações contidas na Resolução nº 3, de 13 de abril de 2009, referente ao mês de fevereiro de 2013.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 30 de abril de 2013.


ALEXANDRE CURTI
Presidente


Relator

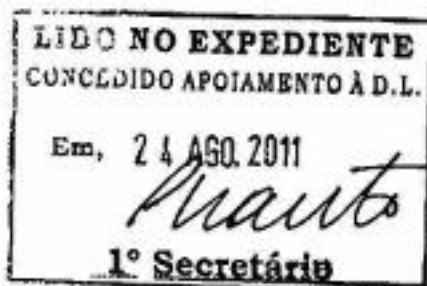
2
Del. André Bueno



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete Deputado Estadual Andre Bueno



PROJETO DE LEI Nº

675/11

Súmula: Institui a Política Estadual de Agroindústria Familiar do Estado do Paraná.

Q Art. 1º Esta lei institui a Política Estadual de Agroindústria Familiar do Estado do Paraná.

Art. 2º Para os fins desta lei entende-se por Agroindústria Familiar o empreendimento de propriedade de agricultores familiares, conforme definido no artigo 3º da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006, com a finalidade de beneficiar e/ou transformar matérias-primas provenientes de explorações agrícolas, pecuárias, pesqueiras, aquíferas, extrativistas e florestais, abrangendo desde processos simples, como: transformação, secagem, classificação, limpeza e embalagem, até processos mais complexos que incluem operações físicas, químicas ou biológicas.

Art. 3º A Política Estadual de Agroindústria Familiar tem por finalidade a agregação de valor, o incremento à geração de trabalho e renda e a busca da segurança alimentar e nutricional da população, em bases sustentáveis.

Art. 4º São beneficiários da Política Estadual de Agroindústria Familiar aqueles elencados no artigo 3º da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

Art. 5º A Política Estadual de Agroindústria Familiar desenvolver-se-á com base nos seguintes objetivos:

I - implantação e desenvolvimento de agroindústrias familiares em todas as regiões do Estado, possibilitado a geração de emprego e renda para melhorar a qualidade de vida dos agricultores;

II - agregação de valor aos produtos agropecuários, contribuindo para a diminuição do êxodo rural;



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete Deputado Estadual Andre Bueno



III - promoção do cooperativismo, do associativismo e de outros empreendimentos da economia popular e solidária;

IV - otimização do uso dos recursos humanos e naturais existentes nos estabelecimentos rurais;

V- orientação para o cumprimento das exigências e objetivos das Leis federais nº 11.947, de 16 de junho de 2009 e 10.689, de 13 de junho de 2003;

VI - ampliação do desenvolvimento sustentável nos pequenos municípios visando a geração de emprego, renda e qualidade de vida da população rural.

Art. 6º São instrumentos da Política Estadual de Agroindústria Familiar:

I - o crédito;

II - os incentivos fiscais e tributários;

III - a inspeção sanitária;

IV - o ensino, a pesquisa e a assistência técnica voltados à produção, industrialização, comercialização e gestão;

V - a certificação e criação de um Selo "Produto da Agricultura Familiar do Paraná" de origem e de qualidade de produtos destinados à comercialização;

VI - a promoção e a comercialização dos produtos;

VII - a capacitação profissional;

VIII - a comercialização geral estabelecidas nas Leis Federais nº 11.947, de 16 de junho de 2009 e 10.689, de 13 de junho de 2003.

Art. 7º A Política Estadual de Agroindústria Familiar poderá ser planejada e executada de forma participativa e descentralizada, mediante:

I - análise da viabilidade técnica e econômica dos projetos;



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete Deputado Estadual Andre Bueno

D. L.

Fls. 04

II - orientação e acompanhamento na execução dos projetos a serem desenvolvidos;

III - desenvolvimento de atividades de formação profissional nas áreas da produção, industrialização, comercialização e gestão administrativa;


IV - apoio à comercialização dos produtos das agroindústrias familiares, através de feiras, exposições, mercados e centrais de abastecimento;

V - estímulo à criação de redes solidárias que articulem as Agroindústrias Familiares e as organizações de comunidades urbanas.

Art. 8º - A execução e coordenação do programa previsto por esta Lei será de responsabilidade da Secretaria do Estado de Agricultura e do Abastecimento, Emater e Secretarias Municipais de Agricultura.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 23 de agosto de 2011.


André Bueno
Deputado Estadual



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete Deputado Estadual Andre Bueno



JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei tem como objetivo instituir a Política Estadual de Agroindústria Familiar do Estado do Paraná, consolidando este segmento como uma alternativa de geração de oportunidades de trabalho e renda para os agricultores familiares e contribuindo para o combate à fome e à miséria.

A Política proposta possibilitará a valorização econômica e social da agricultura familiar, através da sua integração às políticas de segurança alimentar e nutricional sustentável, amparada nas Leis Federais nº 11.326, que dispõe sobre as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, a nº 11.947 que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica e a nº 10.689 que criou o Programa Nacional de Acesso à Alimentação, acreditamos também que este é sem dúvida mais um passo importante que nosso Estado poderá dar ao desenvolvimento sustentável fortalecendo diretamente os municípios onde visamos à geração de emprego, renda e qualidade de vida da população.

Com a aprovação do presente projeto de lei, o Estado Paranaense estará invertendo prioridades nas políticas públicas e contribuindo na descentralização do desenvolvimento sócio-econômico.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete Deputado Estadual Andre Bueno



A medida que o volume de produtos agroprocessados aumenta em nosso Estado, diminui o número de produtores de matéria-prima para as grandes agroindústrias. Este indicativo demonstra uma clara tendência de especialização, de concentração e, conseqüentemente, da exclusão de produtores. Deste modo, aqueles agricultores que não conseguem acompanhar a "evolução" tecnológica proposta pelas grandes agroindústrias estão sendo excluídos do processo produtivo.

A agroindústria familiar rural é uma forma de organização onde a família rural, de forma individual ou associativa, produz, processa e/ou transforma parte de sua produção agrícola e/ou pecuária, visando, sobretudo a produção de valor de troca que se realiza na comercialização.

São aspectos que se destacam na agroindústria familiar rural: a localização no meio rural, a utilização de máquinas e equipamentos e escalas menores, procedência própria da matéria-prima em sua maior parte, ou de vizinhos, processos artesanais próprios, assim como da mão-de-obra da família.

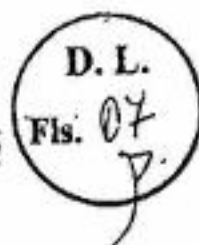
No entanto, a implantação das agroindústrias, por si só, não garante agregação de valor aos produtos tradicionalmente produzidos por este segmento e, tampouco, a melhoria nas condições de vida da população.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete Deputado Estadual Andre Bueno



Para garantir o êxito nessa atividade é necessário desenvolver ações que vão desde a organização dos grupos, produção da matéria-prima, processamento e embalagem, até as estratégias de comercialização.

Para evitar o isolamento ou a concorrência entre as pequenas agroindústrias, esta Política poderá dar prioridade a grupos organizados que façam parte de uma articulação regional em torno de um plano de desenvolvimento.

Iniciativas desta natureza também atenderão a demanda existente de grande parte da população que possui preferência por produtos coloniais e produzidos por processos tecnológicos e sociais sustentáveis, que tem sido uma tendência internacional, o que reforça a necessidade da criação de políticas permanentes para este setor.

De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário de 2003, revelam que a participação da agricultura familiar representa mais de 84% dos imóveis rurais do país, constituindo mais de 4,1 milhões de estabelecimentos do meio rural. A produção destes estabelecimentos é responsável por aproximadamente 40% do valor bruto da produção agropecuária, 80% das ocupações produtivas agropecuárias e parcela significativa dos alimentos que chegam à mesa da população brasileira, merecendo destaque os seguintes



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete Deputado Estadual Andre Bueno



produtos: feijão (70%); mandioca (84%); suínos (58%) bovinocultura de leite (54%); milho (49%) e aves e ovos (40%).

Neste sentido, nota-se a relevância das agroindústrias familiares como alternativa para a permanência dos agricultores familiares no meio rural e também na construção de um novo modelo de desenvolvimento sustentável, que visa o rural como um todo, e não somente ligado à produção agrícola.

Além de ser alternativa de geração de renda, há também duas outras contribuições das agroindústrias familiares com o desenvolvimento rural: a primeira é a criação de oportunidades de inclusão social, principalmente para os segmentos menos privilegiados como as mulheres, jovens e idosos, uma vez que, para estes, se tornarem ativo pode representar o início ou até mesmo o reinício da construção da cidadania, bem como, a oportunidade de resgatar seus valores sociais e culturais. E, a segunda, consiste na promoção da participação dos agricultores familiares no processo produtivo e no mercado.

Neste mercado competitivo, e com tendências de ampliação na escala de produção das grandes agroindústrias de forma concentrada, a opção de geração de renda e agregação de valor para a agroindústria familiar do Paraná está na criação de produtos diferenciados e também na articulação de redes de cooperação, cujo objetivo é buscar economias de escala, viabilizando o acesso desta produção tanto para o mercado nacional quanto para o internacional.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete Deputado Estadual Andre Bueno

D. L.

Fls. 09

Assim, submeto à elevada consideração e apreciação de Vossas
Excelências, esperando ao final o acolhimento e a aprovação da matéria.

Sala das Sessões, 23 de agosto de 2011.



André Bueno
Deputado Estadual - PDT



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 675/11

Projeto de Lei nº 675/11

Autor: Deputado André Bueno.

Súmula: Institui a Política Estadual de Agroindústria Familiar do Estado do Paraná.

EMENTA: RETORNO DE DILIGÊNCIA.
POLÍTICA ESTADUAL DE
AGROINDÚSTRIA FAMILIAR. PARECER
TÉCNICO DA SECRETARIA DE ESTADO
DA AGRICULTURA E DO
ABASTECIMENTO. ART. 124 REGIMENTO
INTERNO. ART. 65 CE. POSSIBILIDADE.
LEGALIDADE. PARECER FAVORÁVEL, NA
FORMA DO SUBSTITUTIVO GERAL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado André Bueno, visa instituir a Política Estadual de Agroindústria Familiar do Estado do Paraná.

A proposição foi baixada em diligência para a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, sendo que a análise segue abaixo.

FUNDAMENTAÇÃO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores. (Grifo nosso)

DO PARECER TÉCNICO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO.

A Secretaria desde o ano de 1999 desenvolve o Programa de Agroindústria Familiar "Fábrica do Agricultor". Durante os quase 12 anos do Programa foram apoiadas mais de 3200 agroindústrias familiares com regularização e organização, capacitados mais de 50.000 agricultores, inseridas mais de 500 agroindústrias familiares no mercado e realizadas mais de 150 feiras "Sabores do Paraná".

Concluindo, a Coordenação Estadual do Programa "Fábrica do Agricultor" SEAB/EMATER ainda toma a liberdade de sugerir algumas alterações no Projeto.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



No que tange à competência para legislar, trata-se de matéria comum prevista no artigo 23, VIII, da Constituição Federal, conforme segue:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

(...)

VIII - fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

De acordo com a determinação do Regimento Interno desta Casa de Leis, cumpre ressaltar a competência do nobre deputado para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124:

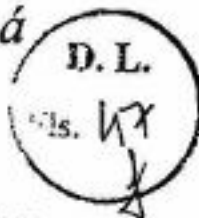
Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifo nosso)

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Klüber
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

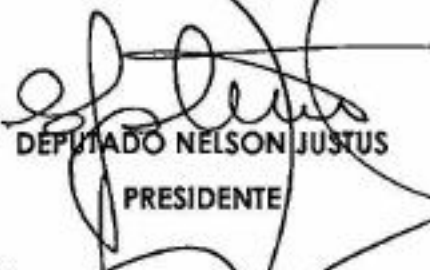
Por fim, o projeto em análise de conformidade com o parecer da Secretaria de Agricultura e do Abastecimento, encontra o amparo legal para sua seqüência legislativa, **na forma do Substitutivo Geral.**

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.



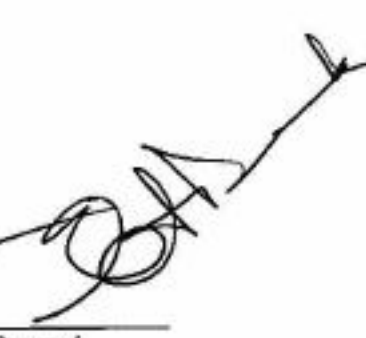
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE, na forma do Substitutivo Geral.**

Sala das Comissões, 07 de Fevereiro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR




Praça Nossa Senhora da Saleta s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PROJETO DE LEI Nº 675/11
Deputado André Bueno

Súmula: Institui a Política Estadual de Agroindústria Familiar do Estado do Paraná.

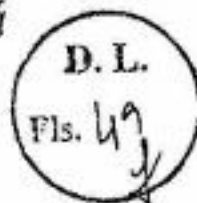
Art. 1º Esta lei institui a política Estadual de Agroindústria Familiar do Estado do Paraná.

Art. 2º Para fins desta Lei entende-se por Agroindústria Familiar o empreendimento de propriedade de agricultores familiares, conforme definido no artigo 3º da Lei Federal nº11.326, de 24 de julho de 2006, com a finalidade de beneficiar e/ou transformar **e/ou industrializar** matérias-primas provenientes de explorações agrícolas, pecuárias, pesqueiras, aquíferas, extrativistas e florestais, abrangendo desde processos simples, como: ~~transformação~~, secagem, classificação, limpeza, **processamento mínimo**, e embalagem, até processos mais complexos que incluem operações **agroindustriais envolvendo transformações** físicas, químicas e ou biológicas.

Art. 3º A Política Estadual de Agroindústria Familiar tem por finalidade a agregação de valor, o incremento à geração de trabalho e renda **para**



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



os **Agricultores Familiares** e a busca da segurança alimentar e nutricional da população, em bases sustentáveis.

Art. 4º São beneficiários da Política Estadual de Agroindústria Familiar aqueles elencados no artigo 3º da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

Art. 5º A política Estadual de Agroindústria Familiar desenvolver-se-á com base nos seguintes objetivos:

I – implantação e desenvolvimento de agroindústrias familiares em todas as regiões do Estado, possibilitando a geração de empregos e renda para melhorar a qualidade de vida dos agricultores;

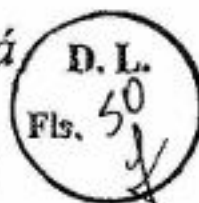
II – **obtenção de produtos diferenciados e a** agregação de valor aos produtos agropecuários, contribuindo para **a permanência da família na atividade e** a diminuição do êxodo rural;

III – promoção do cooperativismo, do associativismo e de outros empreendimentos **outras formas de organização de** da economia popular e solidária;

IV – **adequação, racionalização e** otimização do uso dos recursos humanos e naturais existentes nos estabelecimentos rurais, **com bases no desenvolvimento sustentável tanto sob a ótica social quanto ambiental;**



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



V – orientação para **participação** e o cumprimento das exigências e objetivos das Leis Federais nº 11.947, de 16 de junho de 2009 e 10.689, de 13 de junho de 2003;

VI – ampliação do desenvolvimento sustentável nos pequenos municípios visando a geração de emprego, renda e **melhoria da** qualidade de vida da população rural;

Art. 6º São instrumentos da Política Estadual de Agroindústria Familiar:

I – o crédito rural e ou industrial, tanto para custelo, capital de giro e ou investimento em rubricas especiais e específicas, direcionadas para a Agricultura Familiar;

II – os incentivos **creditícios**, fiscais e tributários;

III – a **regularização da atividade e dos produtos sob a ótica jurídica**, inspeção sanitária, **fiscal e ambiental**;

IV – o ensino, a pesquisa e a assistência técnica voltados a produção, **gestão**, industrialização, **mercado** e comercialização;

V – a certificação e criação de um selo "Produto da Agricultura Familiar do Paraná" de origem e de qualidade de produtos destinados à comercialização **para o consumo humano**;

VI – a promoção e a comercialização dos produtos;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



VII – a capacitação profissional;

VIII – a comercialização geral estabelecidas nas Leis Federais nº 11.947, de 16 de junho de 2009 e 10.689m de 13 de junho de 2003.

Art. 7º A Política Estadual de Agroindústria Familiar poderá ser planejada e executada de forma participativa e descentralizada, mediante:

- I – análise da viabilidade técnica e econômica dos projetos;
- II – orientação e acompanhamento na execução dos projetos a serem desenvolvidos;
- III – desenvolvimento de atividades de formação profissional nas áreas da produção, **gestão administrativa**, industrialização e comercialização;
- IV – apoio à comercialização dos produtos das agroindústrias familiares, através de feiras, **festas**, exposições, mercados e centrais de **comercialização e** abastecimento;
- V – estímulo à criação de redes **de comercialização** solidárias que articulem as Agroindústrias Familiares e as organizações de comunidades urbanas.

Art. 8º - A execução e coordenação do programa previsto por esta Lei será de responsabilidade da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, Emater e Secretarias Municipais de Agricultura.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Sala das Sessões, 07 de Fevereiro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR









COMISSÃO DE AGRICULTURA



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 675, DE 2011

Da COMISSÃO DE AGRICULTURA
sobre o Projeto de Lei nº 675, de 2011, que
"Institui a Política Estadual de Agroindústria
Familiar."

RELATOR: DEPUTADO ELTON WELTER

I – RELATÓRIO

O projeto em exame, de autoria do DEPUTADO ANDRÉ BUENO, prevê a instituição de Política Estadual de Agroindústria Familiar (PEAF), entendida esta última como o empreendimento de propriedade de agricultores familiares, nos termos definidos na Lei federal nº 11.326/2006. O autor esclarece, no art. 3º da proposição, que a finalidade da PEAF é a agregação de valor, o incremento à geração de trabalho e renda e a busca de segurança alimentar e nutricional da população, em bases sustentáveis. Os objetivos da PEAF estão elencados no art. 5º do projeto. O art. 6º estabelece os instrumentos que darão conteúdo à política, que poderá ser planejada e executada de forma participativa e descentralizada com a utilização de instrumentos previstos nos incisos do art. 7º. O projeto de lei define, ainda, em seu art. 8º, que a coordenação e a execução da PEAF caberão à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, à Emater e às secretarias municipais de Agricultura.

II – ANÁLISE DA MATÉRIA

Submetida à análise da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a matéria foi baixada em diligência para análise técnica junto à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. A Divisão de Agronegócio Familiar do Departamento de Desenvolvimento Agropecuário (Deagro), no Informe Técnico nº 369/2011, menciona a existência, no âmbito da SEAB, do programa de agroindústria familiar "Fábrica do Agricultor" que, em 12 anos de atividades, apoiou mais de 3.200 agroindústrias familiares. Destaca, em suma, que o PL nº 675 viria "fortalecer as ações realizadas pelo Governo do Estado (...)" e sugere algumas alterações no texto do projeto. Tais sugestões foram incorporadas ao projeto pelo Relator na CCJ, DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA, na forma de Substitutivo Geral. Deste modo, a matéria recebeu parecer favorável, foi aprovada pela CCJ e remetida à esta Comissão de Agricultura, oportunidade em que o Presidente DEPUTADO HERMAS JÚNIOR nos designou como Relator.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Gabinete do Deputado Elton Welter (PT)



Quanto ao mérito, cumpre destacar que, nos termos do art. 33-E do Regimento Interno, acrescido pela **Resolução nº 003**, de 27 de abril de 2011 (*Diário Oficial da Assembleia*, de 28 de abril de 2011, p. 12), *in verbis*:

Art. 33-E Compete à Comissão de Agricultura manifestar-se sobre as proposições relativas à agricultura, pecuária, caça, pesca, flora, fauna, e solo; defesa animal e vegetal, irrigação e insumos.

A proposição em tela visa, portanto, com antes mencionado instituir no Estado do Paraná a Política Estadual de Agroindústria Familiar, estabelecendo seus beneficiários, finalidades, objetivos, instrumentos e órgãos executores e de coordenação.

III – VOTO

De acordo com a lição do mestre Celso Antônio Bandeira de Mello (*Curso de Direito Administrativo*. São Paulo: Malheiros, 2002, p.306) a lei deve inovar, em caráter inicial, o ordenamento jurídico. É o que objetiva o projeto de lei em tela, vez que inexistente instituída no Paraná a Política Estadual de Agroindústria Familiar.

A Constituição Federal reza, a teor do art. 23, inciso VIII, que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar.

Por seu turno, a Lei federal nº 11.326/2006, que “*Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais*”, tem caráter genérico e fixa conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à agricultura familiar e a empreendimentos familiares rurais. Tal ato legislativo foi tomado como referência pelo PL nº 675 para indicação do conceito de agroindústria familiar e de seus beneficiários. Não há, porém, que falar em subordinação ou hierarquia entre leis federais, estaduais e municipais. A União, os Estados-membros e os Municípios criam direito, isto é, produzem leis que têm a mesma força coercitiva, afastada, assim, por impossibilidade lógica, qualquer ideia de hierarquia entre elas, a não ser em face da competência.

Entendemos que a instituição da Política Estadual de Agroindústria Familiar num Estado como o nosso, que tem na agricultura familiar e na agroindústria um dos principais alicerces de sua economia, merece o nosso mais irrestrito apoio.

O voto é, assim, pela **APROVAÇÃO** do PL nº 675, de 2011.

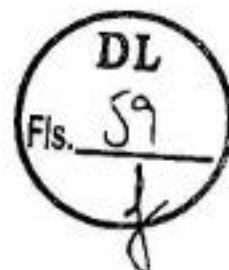
Sala das Comissões, em 5 de março de 2012.


DEPUTADO ELTON WELTER
RELATOR


DEPUTADO HERMAS JUNIOR
PRESIDENTE



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO



PARECER AO PROJETO DE LEI 675/11

Projeto de Lei nº. 675/11
Autor: Dep. André Bueno.

SÚMULA: INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE AGROINDÚSTRIA FAMILIAR DO ESTADO DO PARANÁ.

FUNDAMENTAÇÃO

Considerando-se que as atividades de agroindústria familiar no município tendem a não ser sustentáveis por si só, as ações de apoio à sua sustentabilidade sócio-econômica induzirá redução das elevadas taxas da mortalidade dos pequenos empreendimentos e enfatizar assistência e financiamentos a taxas compatíveis para capacitação gerencial e melhoria da qualidade dos produtos.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **LEGALIDADE**.

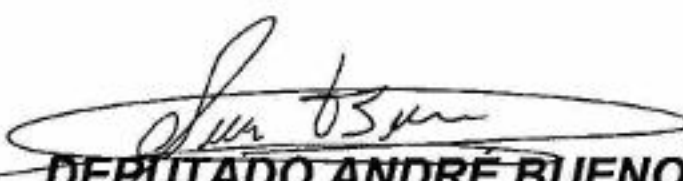



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

DL
Fls. 60
f



Sala das Comissões, 7 de maio de 2012.


DEPUTADO ANDRÉ BUENO


DEPUTADO JONAS GUIMARÃES.
RELATOR


Antônio Genari
Presidente em
exercício



Estado do Paraná

PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

PARECER AO PROJETO DE LEI N. 675/2011

EMENTA. COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA. ANÁLISE DO MÉRITO. POLÍTICA ESTADUAL DE AGROINDÚSTRIA FAMILIAR NO ESTADO DO PARANÁ. PARECER FAVORÁVEL PELA CCJ E OUTRAS COMISSÕES. PARECER FAVORÁVEL.

RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei (PL) de autoria do Deputado André Bueno em trâmite nesta Casa Legislativa, o qual objetiva instituir a política estadual de agroindústria familiar no Estado do Paraná.

Em apertada síntese, o autor apresenta sua motivação considerando que pretende consolidar o segmento da agroindústria como uma alternativa de geração de oportunidades de trabalho e renda para os agricultores familiares, contribuindo assim para o combate à fome e à miséria.

Ainda, que a política contida no presente PL possibilitará a valorização econômica e social da agricultura familiar, por intermédio da sua integração às políticas de segurança alimentar e nutricional



Estado do Paraná

PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



-2-

sustentável, amparadas pelas Leis Federais n. 11.326 e 11.947.

8 Por fim, argumenta que com a ampliação na escala de produção das grandes agroindústrias de forma concentrada, a opção de geração de renda e agregação de valor para a agroindústria familiar no Paraná está na criação de produtos diferenciados e também na articulação de redes de cooperação, cujo objetivo é buscar economias de escala, viabilizando o acesso desta produção tanto para o mercado nacional quanto para o internacional.

8 Em sede de Comissão de Constituição e Justiça se entendeu por bem encaminhar o PL à Secretaria de Agricultura e Abastecimento, a qual apresentou parecer técnico (fls. 33/34) apresentando sugestões de alteração na redação do PL, sendo estas posteriormente introduzidas por intermédio de Substitutivo Geral.

8 Na sequência, o PL foi aprovado na forma do substitutivo Geral em sede de CCJ, e posteriormente aprovado nas Comissões temáticas de Agricultura e de Indústria e Comércio.

É o relatório, no que interessa.

FUNDAMENTAÇÃO

Conforme mencionado anteriormente os aspectos formais, em relação a constitucionalidade, do presente PL já foram devidamente analisados pela Comissão

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS - PARECER PL Nº 675/2011



Estado do Paraná

PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



-3-

de Constituição e Justiça (cf. determinação regimental prevista no artigo 33-A, inciso I¹), sendo o mesmo aprovado uma vez que está em estrito cumprimento ao devido processo legislativo.²

Logo, não há qualquer menção a ser realizada acerca da constitucionalidade da proposição, até mesmo por não ser de competência desta Comissão temática, restando vencida a discussão acerca do tema em sede de comissões, passando-se assim a realizar uma análise acerca da materialidade do Projeto de Lei.

Insta mencionar a competência regimental desta Comissão temática para exarar o presente parecer, sendo devidamente prevista no artigo 33-U, *in verbis*:

'Compete à Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania manifestar-se sobre toda e qualquer proposição que tenha como objeto a criação, modificação extinção ou regulamentação de direitos individuais e coletivos relativos à pessoa humana e à cidadania, especialmente os instituídos pelo art. 5º da Constituição Federal; bem como sobre as proposições relativas ao resguardo, criação ou extinção de órgãos do Estado que atendam ou defendam os direitos humanos.'

¹ Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

² Cf. menciona Pedro LANZA '[...] a inconstitucionalidade formal propriamente dita decorre da inobservância do devido processo legislativo'. (LANZA, Pedro. Op. cit. p. 252)

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS - PARECER PL Nº 675/2011



Estado do Paraná

PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



-4-

Visa o presente PL instituir a Política Estadual de Agroindústria Familiar do Estado do Paraná, com objetivo de agregação de valores, com o incremento à geração de trabalho e renda para os Agricultores Familiares e a busca da segurança alimentar e nutricional da população, em bases sustentáveis.

8 Desta forma resta vencida qualquer discussão acerca da competência desta Comissão temática em analisar a matéria.

Em um primeiro momento não é demais considerar que a atividade legislativa das Assembleias Estaduais é bem restrita, em decorrência da limitação de competências constitucionalmente definida.

8 Em consequência desta limitação pode-se afirmar que houve um verdadeiro aprimoramento das legislações estaduais, se procurando editar leis de elevada qualidade que efetivamente atendam os anseios da população.

A Assembleia de Minas Gerais, no ano de 2007, promoveu um congresso acerca do tema, contando com especialistas brasileiros e portugueses, definido os fatores que devem ser considerados para qualificar uma legislação, se concluindo que:

'A qualidade da lei é definida em função de diversos fatores. Sendo os mais relevantes a utilidade, a capacidade de produzir os efeitos pretendidos, a harmonização com o ordenamento

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS - PARCER PL Nº 675/2011



Estado do Paraná

PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



-5-

vigente, o equilíbrio entre custos e benefícios, a aplicabilidade e a efetividade da norma³(grifo meu)

8 Realizo estas considerações iniciais, pois ao analisar o texto da proposição, bem como sua justificativa, entendo estarem presentes as qualidades norteadoras de uma legislação de elevada qualidade, conforme acima mencionado, quais sejam: (i) *utilidade*: a utilidade da presente proposição é inquestionável, considerando que uma vez sancionada e em vigor, consolidará o segmento da agroindústria como uma alternativa de geração de oportunidade de trabalho e renda para os agricultores familiares, e desta forma contribuirá para o combate à fome e à miséria; (ii) *capacidade de produzir os efeitos pretendidos*: uma vez em vigor, e implementada a pretendida política, a legislação tem plena capacidade de atingir seus objetivos, uma vez que o seu texto está devidamente estruturado ; (iii) *harmonização com o ordenamento jurídico*: a proposição está em perfeita harmonia com o ordenamento jurídico, inclusive como adiante fundamentado, coaduna perfeitamente com o disposto na Constituição Federal; (iv) *equilíbrio entre custos e benefícios*: na própria justificativa do PL se verifica que

3 CONGRESSO INTERNACIONAL DE LEGÍSTICA, 2007, Belo Horizonte. Qualidade da lei e desenvolvimento: programação do evento. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 2007. Disponível em: <http://www.almeg.gov.br/eventos/congresso_legistica_br.asp#texto_referencias>.

8



Estado do Paraná

PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



-6-

há equilíbrio entre custos e benefícios gerados aos paranaenses; (v) *aplicabilidade*: conforme dispõe o artigo 8º da proposição a aplicabilidade e execução das normas previstas ficará a cargo dos órgãos governamentais, os quais tem plena capacidade para tanto; (iv) *efetividade*: uma vez implementada a política estadual da agroindústria familiar no Estado a efetividade da legislação se verificará com o decorrer do tempo por intermédio de seus resultados práticos.

Desta forma compreendo estar presente o interesse público, em principal que os objetivos a serem alcançados é o desenvolvimento da agroindústria familiar bem como o combate à fome e à miséria.

Ainda, em busca na legislação estadual não encontrei qualquer Lei no sentido da proposição apresentada.

Pois bem,

Na própria Constituição Estadual, mais especificamente em seu artigo 154, em síntese o Estado deve criar políticas agrícolas no objetivo de incentivar o desenvolvimento deste setor em seu aspecto econômico e/ou social, senão vejamos:

'Art. 154. A política agrícola estadual será planejada e executada, na forma da lei, com a participação paritária e efetiva dos produtores e trabalhadores rurais, objetivando o



Estado do Paraná

PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



-7-

desenvolvimento rural nos seus aspectos econômicos e sociais com racionalização de uso e preservação dos recursos naturais e ambientais, cabendo ao Estado:

I - a orientação, assistência técnica e extensão rural;

II - a geração contínua e evolutiva de tecnologia de produção;

III - a inspeção e fiscalização da produção, comercialização e utilização de insumos agropecuários;

IV - o estabelecimento de mecanismos de apoio:

a) a programas que atendam às áreas da agropecuária do Estado;

b) a sistemas de seguro agrícola;

c) à complementação dos serviços voltados para a comercialização agrícola, armazenagem, transporte e abastecimento;

d) à organização dos produtores em cooperativas, associações de classe e demais formas associativas;

e) à agroindustrialização de forma regionalizada e, preferencialmente, no meio rural ou em pequenas comunidades;

f) ao setor pesqueiro;

V - a instituição de um sistema de planejamento agrícola integrado;

VI - o investimento em benefícios sociais para rurícolas e comunidades rurais;

VII - a irrigação, drenagem, eletrificação e telefonia rural;

VIII - as ações de conhecimento da realidade e o encaminhamento de soluções ao trabalhador rural, especialmente ao volante;

IX - a manutenção de controle estatístico de produção com estimativas de safras.

§ 1º. A lei agrícola dará tratamento diferenciado e privilegiado ao micro e pequeno produtor.

§ 2º. O Estado implantará em todo território o sistema estadual de cadastro técnico rural, com

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS - PARECER PL Nº 675/2011



Estado do Paraná

PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



-8-

vistas ao planejamento e desenvolvimento das políticas agrícola, agrária, de regularização fundiária, utilização e preservação dos recursos naturais e de apoio às políticas urbanas municipais.' (Grifo meu)⁴

Conforme destacado no indigitado texto constitucional, se verifica que o presente projeto de Lei vem em encontro ao estabelecido na Constituição Federal e Estadual uma vez que busca implementar ações de apoio à sustentabilidade sócio econômica da agroindústria familiar, enfatizando a assistência, financiamentos com taxas compatíveis para a capacitação gerencial e melhoria da qualidade dos produtos.

Desta forma, é notório que a presente proposição vem em encontro com o interesse coletivo, viabilizando políticas para a valorização da agroindústria, inclusive relevando-se o fato de que o setor agroindustrial é um dos alicerces da economia em nosso Estado.

⁴ No mesmo sentido o artigo 187 da Constituição Federal, menciona: 'A política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta, especialmente: I - os instrumentos creditícios e fiscais; II - os preços compatíveis com os custos de produção e a garantia de comercialização; III - o incentivo à pesquisa e à tecnologia; IV - a assistência técnica e extensão rural; V - o seguro agrícola; VI - o cooperativismo; VII - a eletrificação rural e irrigação; VIII - a habitação para o trabalhador rural. § 1º - Incluem-se no planejamento agrícola as atividades agroindustriais, agropecuárias, pesqueiras e florestais. § 2º - Serão compatibilizadas as ações de política agrícola e de reforma agrária.' (grifo meu)



Estado do Paraná

PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



-9-

Assim, não se encontra qualquer óbice na tramitação do PL, estando seu mérito em perfeita consonância do previsto na legislação Constitucional Estadual, bem como Federal.

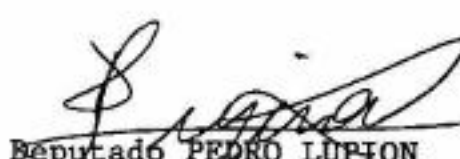
CONCLUSÃO

Pelas razões ora expostas, em sede desta Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, opino pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei, na forma da emenda apresentada na Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 05 de DEZEMBRO de 2012.


Deputado TADEU VERNERI

Presidente


Deputado PEDRO LUPION

Relator



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS - PARECER PL. Nº 675/2011